

# A EDUCAÇÃO ESPECIAL E SEUS PERCALÇOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

## SPECIAL EDUCATION AND ITS PITFALLS IN NURSERY SCHOOLS



**ALEXANDRA APARECIDA DE SOUZA LUZ**

Graduação em Pedagogia, pela UNINOVE, em 2010. Pós-Graduação em Educação Especial, pela UNINOVE, em 2011. Professora de Ensino Fundamental I e Educação Infantil.

### RESUMO

A escola de integração surge como uma opção inovadora em relação à escola estagnada tradicional e excludente. Define-se por sua abertura e aceitação em salas regulares, a alunos sem distinção de sexo, idade, origem social, situação econômica, pertencimento social ou étnico, bem como a alunos com necessidades especiais de aprendizagem que, tradicionalmente, foram excluídos ou expulsos da escola regular. O objetivo do artigo é analisar, em uma primeira parte, a política educacional dos últimos seis anos em relação à educação especial e sua transição-regressão para a escola inclusiva e a forma como a educação especial e a escola inclusiva têm sido concebidas em nosso país. Posteriormente, procuramos demonstrar o deslocamento da política educacional para a antiga concepção de educação especial, em detrimento dos grupos excluídos e mais vulneráveis socialmente, apesar das propostas da necessidade de construção de maiores margens de equidade, igualdade e inclusão econômica, política, social e cultural, dentro das quais incluímos a educação pelo Estado. Por fim, em um terceiro momento, concluímos com a proposta renovada de uma escola inclusiva.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Integração; Política Educacional, Padrões De Entrada; Deficiência.

**ABSTRACT**

The integration school has emerged as an innovative option in relation to the traditional stagnant and exclusionary school. It is defined by its openness and acceptance in regular classrooms of pupils without distinction of sex, age, social origin, economic situation, social or ethnic belonging, as well as pupils with special learning needs who have traditionally been excluded or expelled from regular school. The aim of the article is to analyze, in a first part, the educational policy of the last six years in relation to special education and its transition-regression to the inclusive school and the way in which special education and the inclusive school have been conceived in our country. Subsequently, we tried to demonstrate the shift in educational policy towards the old concept of special education, to the detriment of the excluded and most socially vulnerable groups, despite the proposals of the need to build greater margins of equity, equality and economic, political, social and cultural inclusion, within which we include education by the state. Finally, in a third section, we conclude with a renewed proposal for an inclusive school.

**Keywords:** Inclusive Education; Integration; Educational Policy; Entry Standards; Disability.

**INTRODUÇÃO**

Nos anos 90, já se assumia a filosofia integrativa, o desafio de uma escola para todos, a luta pela educação inclusiva. Desde a Conferência Mundial sobre *Educação para Todos*, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, até as *Regras Padrão sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência* em 1993, houve fortes demandas internacionais por mudanças, como a incluída na *Declaração de Salamanca*:

As escolas regulares inclusivas são o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade inclusiva e alcançar a educação para todos; eles também fornecem educação eficaz para a maioria das crianças e melhoram a eficiência e, em última análise, a relação custo-benefício de todo o sistema educacional. (Unesco, 1994, p. IX)

Stainback, Stainback e Jackson (1992) esperam que em breve seja possível falar simplesmente em oferecer educação de qualidade para todos os alunos, uma vez que ela evoluiu da integração para a inclusão plena, dadas as razões que acompanham essa mudança terminológica e conceitual. Primeiro, o termo *integração* está sendo abandonado porque implica o retorno ao ministram de alguém que antes era excluído. Em segundo lugar, o conceito de *inclusão* está sendo adotado porque comunica de forma mais clara e precisa o que é necessário: que todas as crianças sejam incluídas na vida educacional e social das escolas e salas de aula do bairro, não apenas no ensino regular. Em terceiro lugar, o foco nas escolas inclusivas é como construir um sistema que

inclua e seja estruturado para atender às necessidades de cada aluno, e a responsabilidade é colocada na equipe da escola para ter um docente que acomode as necessidades de todos os alunos.

## **RUMO A UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Hoje podemos falar sem preconceito de uma educação para todos, rica em valores, aberta a todas as opções, enriquecida com o máximo de oportunidades, possibilidades, estratégias e recursos, de acordo com cada uma das necessidades educativas especiais.

O conceito clássico de educação especial é borrado, ampliado e diversificado e se materializa em apoios e adaptações, a fim de garantir que todos os alunos se sintam incluídos no sistema educacional.

A inclusão que defendemos vai além do especial e vai além da integração escolar, pois não implica segregação, mas acolhimento incondicional a qualquer aluno em qualquer uma das situações mais ou menos especiais em que ele possa se encontrar. Tudo isso está de acordo com a filosofia da reforma do sistema educacional, na qual a integração escolar não é mais contemplada, mas a atenção à diversidade como um valor em si e enriquecedor para o todo.

De acordo com a revisão feita por Arnáiz (1997) a abordagem da inclusão do ponto de vista curricular insiste na possibilidade de qualquer criança ter dificuldades na escola, que essas dificuldades educacionais possam sugerir meios de melhorar a prática docente e que tais mudanças permitam oferecer melhores condições de aprendizagem a todos os alunos. Por fim, os professores devem ser os que devem ter apoio quando tentam realizar uma prática inclusiva.

Nessa perspectiva, todos os professores e todos os alunos estão diretamente envolvidos no processo educativo, por meio da colaboração, participação e responsabilidade, investigando e buscando novas formas de ação que levem em conta a individualidade dos alunos.

Na verdade, a situação nas escolas de hoje não deixa margem para dúvidas em termos de enfrentar a situação em toda a sua dureza, defendendo a inclusão total apesar da dificuldade.

A escola se sente impotente para responder às novas necessidades educacionais especiais que os alunos apresentam. Tem de enfrentar uma situação sem precedentes devido à presença de alunos deficientes e sobredotados, alunos autistas, com problemas de aprendizagem e de comportamento, crianças hospitalizadas, vítimas de maus-tratos, abusos sexuais, exploração, guerras e a situação económica, política e social que vivemos atualmente.

A escola é diluída se não estiver aberta à colaboração com pais, instituições e comunidade, uma vez que é necessária uma colaboração comprometida ao longo de todo o processo de vida. Inclui desde os cuidados iniciais aos estudos escolares e universitários, da formação profissional ao emprego, do lazer e do tempo livre à acessibilidade à habitação, à mobilidade e à integração social em geral. É importante abrir a escola à comunidade e articular-se com a família, a escola, o trabalho e as esferas sociais (Ortiz, 1996, 1997).

Atualmente são muitas as vozes que se levantam a favor de uma renovação da escola, de uma mudança na sua concepção, para que seja mais democrática, mais eficaz, mais abrangente, que inclua todos os alunos, mesmo que sejam de alguma forma diferentes; isto é, uma escola inclusiva.

Esta é a situação em que nos encontramos. E certamente uma proposta útil para o futuro seria investigar essa prática inovadora, juntamente com a mudança de atitudes e a formação de professores em educação inclusiva (Ainscow, 1995; Wang, 1995).

Mas a inclusão é mais do que apenas uma linha de pesquisa que se abre, do que uma simples adaptação do currículo e até mesmo de uma filosofia. A inclusão é antes um juízo de valor, é uma forma de melhorar a qualidade de vida, na qual a educação pode desempenhar um papel primordial ao oferecer as mesmas oportunidades e idêntica qualidade de meios a todos os que voltam.

Trata-se de dar opções, de acolher, de oferecer recursos e de melhorar a oferta educativa de acordo com as necessidades, favorecendo a inclusão e promovendo uma escola eficaz, uma escola democrática, uma escola para todos, uma escola inclusiva.

A inclusão, em suma, implica um compromisso comum com os objetivos da educação, uma responsabilidade dentro da sociedade atual.

Em termos gerais, a educação inclusiva busca acolher a todos, comprometendo-se a fazer o que for necessário para proporcionar a todos os alunos da comunidade – e a todos os cidadãos de uma democracia – o direito inalienável de pertencer a um grupo, não de ser excluído (Ferguson, 1995). O que está em oferta é um modo de vida em que todos os que chegam são bem-vindos. A partir de tal atitude, de tal sistema de valores, o crescente movimento para construir escolas inclusivas é moldado.

## **ESCOLAS INCLUSIVAS**

De acordo com Ainscow (1995) há um movimento em direção à educação inclusiva cujo objetivo é reestruturar as escolas para responder às necessidades de todas as crianças. Isso envolve uma série de mudanças metodológicas e organizacionais e o desafio das expectativas sobre como realizá-lo. Para este autor, a direção do caminho a seguir é marcada por um duplo sentido: como ajudar os professores a organizarem suas salas de aula para que possam ajudar todos os alunos no processo de aprendizagem e como reestruturar as escolas para que os professores possam direcionar seus esforços para um objetivo comum.

As escolas que poderíamos chamar de inclusivas são as mais eficazes quando se trata de ensinar solidariedade entre todos os alunos, tenham ou não necessidades educacionais especiais. Nesse contexto, a responsabilidade recai sobre os professores, bem como sobre os alunos, bem como sobre os pais, que terão que considerar a melhor maneira de desenvolver um senso de comunidade e apoio mútuo dentro do sistema comum, para o qual, de acordo com Porter e Richeler (1992), mudanças substanciais devem ser introduzidas na escola tradicional.

Nesse sentido, Ainscow (1995) propõe uma série de *condições* que as escolas inclusivas devem atender, tais como: liderança efetiva que pode ser estendida a toda a escola; o compromisso de professores, alunos e comunidade na política escolar; um compromisso com estratégias colaborativas de planejamento e coordenação; atenção aos potenciais benefícios do questionamento e da reflexão, e uma política de desenvolvimento profissional docente.

O *objetivo* das escolas inclusivas, segundo Arnáiz e Ortiz (1997), é criar um sistema educacional que possa atender às necessidades dos alunos. Isso implica respeitar a individualidade e desenvolver uma cultura de colaboração como base para a resolução de problemas, facilitando assim a aprendizagem profissional de todos os professores e aumentando a igualdade de oportunidades como meio de alcançar a melhoria educacional.

Para Stainback e Stainback (1992), as escolas inclusivas seriam reconhecidas por desenvolverem escolas comunitárias solidárias que favoreçam a participação de todos os alunos sem distinção, eliminando qualquer tentativa de estabelecer categorias. Desta forma, o apoio não será organizado em turmas especiais, mas todos os professores trabalharão em equipa para o desenho comum de atividades correspondentes ao currículo geral. E esse currículo será adaptado às necessidades e habilidades de cada um dos alunos; embora seja verdade que a complexidade da tarefa requer apoio aos professores e apoio acadêmico e social aos alunos.

As escolas inclusivas têm uma ênfase especial na responsabilidade compartilhada, no respeito mútuo e na interdependência. Desta forma, a responsabilidade recai sobre o pessoal da escola, que deve fornecer os meios necessários para acomodar as necessidades dos alunos. Além disso, profissionais, pais e alunos precisam considerar como desenvolver um senso de comunidade e apoio mútuo dentro do sistema convencional. Dessa forma, as escolas inclusivas têm um senso de coesão comunitária aberto às diferenças e responde às necessidades educacionais especiais, valorizando a diversidade na medida em que fortalece a classe e oferece a todos os membros maiores oportunidades de aprendizagem.

De qualquer forma, as escolas inclusivas estão alinhadas com a adoção da diversidade, a expansão do currículo, a adoção do ensino e aprendizagem interativos e o apoio aos professores. Um processo interativo é gerado de tal forma que se pode dizer que a marca de uma escola inclusiva é o grau em que os professores estão preparados para ponderar suas atividades levando em consideração as respostas que seus alunos têm.

Para Arnáiz (1996), o modelo de mudança promovido pelas escolas inclusivas constitui um processo de inovação educacional, uma vez que visa reconstruir a escola a partir da própria instituição, com a participação democrática de todos os membros da comunidade educativa: pais, professores e alunos, buscando apoio mútuo, tenham ou não necessidades especiais.

Nessa linha, autores como Fuchs e Fuchs (1994) propõem algumas *estratégias* que respondem claramente à conceituação de educação inclusiva, tais como: o compromisso dos professores com uma filosofia inclusiva, a formação em educação ordinária e especializada, a

conversão de centros específicos, a localização da escola em cada comunidade e a coordenação da rede de apoio no nível individual.

De acordo com Stainback e Stainback (1992), algumas das *características* das escolas inclusivas seriam a diversidade como melhoria da aprendizagem interativa, o respeito às diferenças dentro e fora da escola, a adaptação e diversificação do currículo ordinário, o apoio aos alunos em sala de aula, a colaboração entre os profissionais da escola e a participação dos pais no planejamento educacional. Suas *vantagens* podem ser especificadas na capacidade que eles têm de fornecer apoio acadêmico e social a todos os alunos.

Seus *valores* seriam, para Pearpoint e Forest (1992), a aceitação, o pertencimento à comunidade, as relações pessoais, a interdependência e a consideração de pais e professores como uma unidade de aprendizagem. Para esses autores, a opção pela inclusão significa o fim da rotulagem, da educação especial, das classes especiais, mas não o fim dos apoios e serviços necessários nas salas de aula integradas. Eles não estão aconselhando jogar ou mover crianças com deficiência para aulas de educação geral sem apoio adequado, mas especialistas de todos os tipos seguiriam as crianças, fornecendo sua ajuda a qualquer aluno previamente rotulado ou não que possa precisar.

Em suma, as *características* mais importantes de uma escola inclusiva são o senso de comunidade, a aceitação das diferenças e a resposta às necessidades individuais. A que se somam as mudanças na filosofia, currículo, estratégias de ensino e estrutura organizacional da escola.

Em geral, poderíamos dizer que as *condições* da sala de aula inclusiva são: a existência de pessoal de apoio, a colaboração entre os alunos e a introdução de novas estratégias de ensino-aprendizagem. E, acima de tudo, apoio emocional e compreensão para aqueles que se sentem diferentes, frustrados ou marginalizados, aqueles que claramente imploram para serem acolhidos.

Em suma, trata-se de oferecer opções, de acomodar, de oferecer recursos e de melhorar a oferta educativa de acordo com as necessidades, favorecendo a inclusão e promovendo uma escola para todos, uma escola em movimento, uma escola eficaz, uma escola democrática, uma escola integral, uma escola inclusiva (García 1999), que propõe a integração dinâmica de alunos com necessidades educacionais especiais a partir de uma profusão de apoio, adaptação do currículo, comprometimento e liderança dos profissionais, avaliação contínua, uma organização flexível que favoreça a comunicação, a coordenação e a mudança estrutural em geral, uma vez que deve estar inserido na comunidade.

O que se pretende atualmente é atender à diversidade e responder às novas questões que se levantam na sociedade plural e multicultural de hoje, necessitada de compreensão, flexibilidade, apoio e solidariedade.

## QUESTÕES NOVAS E DESAFIADORAS

É totalmente previsível que o desenvolvimento de escolas e salas de aula inclusivas levante questões novas e desafiadoras à medida que forem implementadas, por exemplo:

- - Qual deve ser o currículo de uma escola inclusiva?
- - Como o currículo pode ser adaptado às necessidades?
- - Quais sistemas de avaliação e promoção são mais bem-sucedidos?

Na tentativa de dar algumas respostas a essas perguntas, fornecemos algumas notas comuns que se repetem insistentemente na revisão feita sobre o tema da educação inclusiva, e que nos permite oferecer as seguintes categorias:

### **Colaboração**

A colaboração e a cooperação são suportes naturais para a educação multicultural e para a educação especial. É necessário conectar a família, a escola e a comunidade para melhorar a educação em geral. O modelo de sala de aula inclusiva seria aquele em que o ensino e a aprendizagem são realizados em equipe, todos juntos, com os alunos colaborando e integrando a equipe de apoio na sala de aula inclusiva.

### **Organização**

É o ponto de partida para tentar tirar o melhor proveito dos espaços inclusivos. A organização de espaços adequados, horários, serviços de apoio e ajuda para os alunos dentro da sala de aula inclusiva deve ser considerada.

### **Estratégias de ensino**

A aprendizagem cooperativa promove a interdependência entre alunos com habilidades muito diferentes. A inter-relação entre pequenos grupos e a promoção do pensamento crítico é importante. Eles aprendem melhor trabalhando com colegas.

### **Características específicas do corpo discente**

Em relação às diferentes categorias, é necessário considerar tanto a superdotação quanto o retardo mental. Mas fundamentalmente a consideração dos alunos com problemas de aprendizagem e comportamento, tanto nas realizações acadêmicas quanto sociais.

Deve ser tida em conta a dimensão social e emocional das dificuldades de aprendizagem, bem como a conveniência de promover um ambiente criativo para esses alunos

### **Currículo**

Em termos gerais, promove-se um currículo adaptado às necessidades educativas especiais, que inclui a revisão dos elementos do currículo (objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação) e dos elementos de acesso ao currículo (pessoal e material). O desenho do currículo para a sala de aula de educação geral deve ser adaptado para tentar promover comunidades inclusivas, favorecendo a autoestima e a sensibilidade na sala de aula inclusiva. Ele será projetado de forma a permitir que os alunos reconheçam seus próprios atributos positivos e respeitem as características individuais dos outros. Desta forma, a autoestima de cada um e a cooperação entre todos serão reforçadas. No currículo, os objetivos de justiça social devem ser definidos dentro e fora dos muros da sala de aula.

## Corpo docente

É preciso levar em conta a formação dos professores para a inovação escolar, para ingressar em uma nova comunidade escolar, na qual todos os alunos convivam e na qual se espera que aprendam. Os professores precisarão de ajuda para administrar uma sala de aula inclusiva. Seu programa de treinamento deve incluir a aquisição de conhecimentos e habilidades em:

- - habilidades para trabalho em equipe e relacionamentos pessoais,
- - estratégias de aprendizagem cooperativa,
- - Fundamentos da educação para alunos com necessidades especiais,
- - como aprendem os alunos com necessidades educacionais especiais associadas a déficits cognitivos, motores, sensoriais etc.,
- - capacidade de avaliar, planejar e intervir,
- - capacidade de colaborar com os pais,
- - Competência para desenvolver uma educação individualizada.

Em geral, as condições da sala de aula inclusiva são a existência de pessoal de apoio, a colaboração entre os alunos e a introdução de novas estratégias de ensino-aprendizagem.

É fundamental *envolver a aula* em que o aluno com necessidades especiais deve ter uma participação ativa, protagonista de sua aprendizagem, de suas brincadeiras, de sua vida. Esta fase da ação de inclusão tem como objetivo envolver os colegas para acolher o aluno com necessidades especiais e conhecer o novo membro da turma. Por meio de treinamento e informação, é possível chegar a um compromisso por parte dos alunos mais velhos ou mais próximos a eles para colaborar com o tutor, o especialista em integração, os pais, o diretor... para acolher e apoiar seus colegas a se incluírem como mais um na sala de aula regular.

O plano de ação deve envolver alunos, familiares, professores e outros funcionários no planejamento simultâneo de algumas adaptações curriculares ou rotinas diárias necessárias para garantir que o aluno com necessidades especiais seja um aluno ativo na sala de aula. O plano é um processo contínuo no qual duas partes podem ser distinguidas. Na primeira parte, todos os presentes na reunião são informados sobre as características do novo aluno e o que se espera dele para apoiá-lo em sua tarefa de ser um aprendiz ativo. A segunda parte geralmente envolve grupos menores especializados em tarefas de ensino-aprendizagem mais específicas.

Tal plano de ação envolve um processo longo e complicado de etapas sucessivas e articuladas. E ao final do processo, alunos, professores e pais estarão envolvidos em um empreendimento conjunto de ajuda mútua, solidariedade, cooperação e busca de valores acadêmicos e sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ao refletir sobre a Educação Especial e seus desafios nas instituições de Educação Infantil, torna-se evidente a importância de um olhar atento e sensível para a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas. As escolas de Educação Infantil desempenham um papel fundamental na formação e no desenvolvimento das crianças, sendo espaços onde a diversidade deve ser acolhida e respeitada.

Os percalços enfrentados nesse contexto muitas vezes estão ligados à falta de estrutura adequada, à escassez de recursos especializados, à formação insuficiente dos profissionais e à resistência a práticas inclusivas. Superar esses obstáculos requer um esforço conjunto da comunidade escolar, das famílias e das autoridades educacionais.

É fundamental promover uma cultura inclusiva nas escolas de Educação Infantil, que valorize a diversidade, que reconheça e respeite as singularidades de cada criança. A formação continuada dos educadores, a adequação dos espaços físicos, o acesso a materiais pedagógicos adaptados e o apoio de profissionais especializados são aspectos essenciais para garantir uma educação de qualidade para todos.

É preciso também desconstruir estigmas e preconceitos, estimular a empatia e a solidariedade, e criar ambientes acolhedores e inclusivos, onde cada criança se sinta valorizada e respeitada em sua individualidade. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde a diversidade seja vista como um valor a ser celebrado e não como um obstáculo a ser superado.

Portanto, a superação dos percalços na Educação Especial nas escolas de Educação Infantil requer um compromisso coletivo com a inclusão, o respeito e a equidade, visando garantir a todas as crianças o direito a uma educação de qualidade, que promova o seu pleno desenvolvimento e sua participação ativa na sociedade.

## REFERÊNCIAS

- AINSCOW, M. **Necessidades educacionais em sala de aula. Guia para formação de professores.** Narcea. 1995.
- AINSCOW, M. **Alcançando todos os alunos: alguns desafios e oportunidades.** *Siglo Cero*, 30(1), 181, 37-49. 1999.
- ARNAIZ, P. **As escolas são para todos.** *Siglo Cero*, 27(2), 16, 25-34. 1996.
- ARNÁIZ, P. Integração, segregação, inclusão. In P. ARNÁIZ e R. De HARO (Eds.), **10 anos de integração na Espanha: análise da realidade e perspectivas futuras** (pp. 313-35). Universidade de Múrcia. 1997.
- ARNÁIZ, P. Currículo e atenção à diversidade. In M. Á. VERDUGO e B. JORDÁN De URRÍES (Coords.), **Hacia una nueva concepción de la discapacidad.** Actas de las III Jornadas Científicas de Investigación sobre Personas con Discapacidad (pp. 15-39). Amaru. 1999.

- ARNÁIZ, P. & ORTIZ, M. C. O direito à educação inclusiva. In A. Sánchez e J. A. Torres (Coords.), **Educación Especial I. Uma perspectiva curricular, organizacional e profissional** (pp. 191-207). Pirâmide. 1997.
- BRON, H. & SMITH, H. **Normalização. Um leitor para os anos noventa**. Routledge. 1996.
- FERGUSON, D. **Celebrando a diversidade. Uma resposta. Educação Corretiva e Especial**, 16, 199-202. 1995.
- FUCHS, D. & FUCHS, L. **Escolas inclusivas. Movimento e a radicalização da Reforma da Educação Especial. Crianças Excepcionais**, 60(4), 294-309. 1994.
- GARCÍA, C. Diversidade e inclusão. In A. Sánchez Palomino et al., **Os desafios da educação especial no limiar do século XXI**. Actas de las XVI Jornadas Nacionales de Universidades y Educación Especial (pp. 11-31). Universidade de Almería. 1999.
- MEC-UNESCO. **Relatório Final. Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais. Acesso e qualidade**. Autor. 1995.
- O'BRIEN, J., FOREST, M., SNOW, J. e PEARPOINT, J. **Ação para inclusão. Como melhorar as escolas acolhendo crianças com necessidades especiais em salas de aula regulares**. A Imprensa do Frontier College. 1989.
- O'HANLON, Ch. **Educação Inclusiva na Europa**. David Fulton. 1995.
- ORTIZ, M. C. **Das necessidades educacionais especiais à inclusão**. *Siglo Cero*, 27(2), 164, 5-13. 1996.
- ORTIZ, M. C. Rumo a uma escola para todos. Em P. ARNÁIZ e R. De HARO (Eds.), **10 anos de integração na Espanha: análise da realidade e perspectivas futuras**. Universidade de Múrcia. 1997.
- PEARPOINT, J. & FOREST, M. Prefácio. In S. Stainbach e W. Stainbach **Considerações curriculares em salas de aula inclusivas. (Facilitando a aprendizagem para todos os alunos)**. Paul Brookes, XV-XVIII. 1992.
- PORTER, G. e RICHELIER, D. (Dirs.). **Réformer les écoles canadiennes. Des perspectives sur le handicap et l'integration**. Institut Roehner. 1992.
- PRIANTE, C. M. **Mudança de atitudes e mudança organizacional para a inclusão de pessoas com deficiência: desenvolvimento e aplicação de um programa no ambiente empresarial**. Projeto de pesquisa não publicado. Mestrado em Integração de Pessoas com Deficiência. Instituto de Integração Comunitária. Universidade de Salamanca. 1997.
- STAINBACK, S. & STAINBACK, W. (Eds.). **Considerações curriculares em salas de aula inclusivas. Facilitando a aprendizagem para todos os alunos**. Brookes. 1992.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Conferência Mundial sobre Educação Especial: Acesso e Qualidade. Autor. 1994.
- VERDUGO, M. Á. e SOLER-SALA, V. (Eds.). **Convenção sobre os Direitos da Criança rumo ao Século XXI**. Universidade de Salamanca/UNICEF. 1996.
- VLACHOU, A. **Caminhos para a educação inclusiva**. Parede. 1999.

WANG, M. C. **Atenção à diversidade do corpo discente.** Narcea. 1995.